



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões

COFAP

N.º Único 424181

Entrada/Saida n.º 103 Data 7/3/12

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CSST
N.º Único <u>424181</u>
Entrada/Saida n.º <u>149</u> Data <u>08/03/2012</u>

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia da República

Of. n.º 103/COFAP/2012

06-03-2012

Assunto: Moções entregues pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

B. S. Brás de Almeida

Na sequência do despacho de V. Exa, de 29 de fevereiro, de envio a esta Comissão do pedido de audiência da Frente Comum; tendo em consideração a impossibilidade de concretização da audiência na data proposta, pelo facto de esta coincidir com a data de contacto dos Deputados com o eleitorado; e, enfim, não tendo a referida estrutura tido disponibilidade para comparecer na Assembleia da República na data proposta pela Comissão (6 de março), concordou a Frente Comum em entregar ontem, pelas 16h, um conjunto de moções aos serviços de apoio à Comissão.

Nessa ocasião, a Frente Comum entregou, igualmente, uma carta dirigida a V. Exa, que reenvio em anexo a este ofício e cujo teor, pelo facto de mencionar explicitamente a Proposta de Lei n.º 46/XII/1.ª (GOV) – *Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro*, poderá, salvo melhor opinião, ser relevante para a Comissão de Segurança Social e Trabalho, comissão competente em sede de apreciação, na generalidade, da presente iniciativa.

Com os melhores cumprimentos, *e este, perf*

Assembleia da República Gabinete da Presidente
N.º de Entrada <u>424181</u>
Classificação _____
Data <u>07/03/2012</u>

O Presidente da Comissão,

Eduardo Cabrita
(Eduardo Cabrita)



Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

N/REF: FC/078/12

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia da República
Lisboa

DATA: 05-03-12

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
COFAP	
Nº Único	424133
Entrada/Saida nº	140
Data	7/3/12

Assunto: Moções aprovadas pelos trabalhadores da Administração Pública contra "o pacote de exploração"

Exma. Senhora,

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública vem por este meio efetuar a entrega de Moções aprovadas em plenários e reuniões efetuados nos passados dias 1 e 2 de Março, contra o pacote de exploração consubstanciado na Proposta de Lei nº 46/XII, em discussão no âmbito da AR, e a tentativa, por parte do governo, de proceder à sua extensão à Administração Pública, o que provocaria um brutal retrocesso social e degradaria ainda mais os serviços essenciais que o Estado tem a obrigação constitucional de prestar às populações.

Sem mais, apresentamos os melhores cumprimentos,

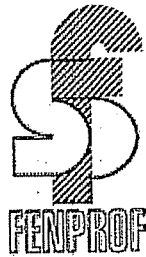
A FCSAP

A Coordenadora

(Ana Avoila)

Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R. A 10ª Comissão

M 7 3. 2012



TOMADA DE POSIÇÃO

Defender emprego, salários e condições de trabalho para garantir serviço público de qualidade

A Comissão Permanente da Direcção Distrital de Coimbra do SPRC reunida na Direcção Distrital de Coimbra, em posição aprovada no dia 01/03/2012 considera que:

- a Concertação Social não é a sede própria para negociar as relações laborais na Administração Pública e os subscritores não representam os trabalhadores deste sector;
- o acordo estabelecido entre governo, patronato e a UGT não tem o apoio da generalidade dos trabalhadores portugueses, considerando que tal representou uma despudorada colagem aos interesses de grandes empresários e do capital financeiro interno e externo;
- aquele acordo não tem em conta os preceitos constitucionais, designadamente o que determina expressamente que "A Administração Pública visa a prossecução do interesse público" e não o lucro, objectivo básico do sector privado.

Por isso, as ideias gerais do documento que o governo apresentou à Frente Comum sobre Contrato de Trabalho em Funções Públicas, Carreiras e Mobilidade ao pretender impor:

- A adaptabilidade individual e grupal e o banco de horas, individual e grupal, em

termos idênticos aos da Proposta de Lei entregue na Assembleia da República para o privado;

- O fim do descanso compensatório decorrente da prestação de trabalho suplementar;*
- A diminuição dos feriados;*
- A redução de 50% da retribuição do serviço extraordinário;*
- A mobilidade geográfica sem acordo do trabalhador, com possibilidade de despedimento*

merece a rejeição dos docentes e investigadores portugueses.

TOMADA DE POSIÇÃO

FENPROF, Rua Fialho de Almeida, 3 – LISBOA – FAX 213 819 198 | MAIL: fenprof@fenprof.pt 2

Este é, pois, mais um episódio de uma estratégia que visa prosseguir a exploração dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população e conduzir o país ao desastre económico e à perda da soberania nacional e de democracia.

Por isso,

a) É fundamental que o acordo da Concertação Social, apelidado de “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego”, bem como a Proposta de Lei que o consagra e está para discussão na Assembleia da República e a tentativa da sua extensão à Administração Pública sejam combatidos e derrotados!

b) Não aceitamos que o governo passe a ter, unilateralmente e sem limitações legais, o poder para despedir, alterar os horários de trabalho, generalizar a precariedade, reduzir os salários e outras formas de retribuição, destruir a contratação colectiva e as carreiras, eliminar feriados e dias de férias, diminuir a protecção social dos desempregados e fragilizar a segurança social.

Consideramos, ainda que:

1. Há alternativas que permitiriam anular os efeitos negativos desta políticas obtendo resultados muito mais sustentáveis, quer no plano financeiro do Estado, quer no plano

económico das famílias, como sejam: eliminar os benefícios fiscais concedidos às grandes empresas; pôr cobro à economia paralela, que representa 1/5 do PIB; combater a fuga e evasão fiscais.

2. Para que haja desenvolvimento económico sustentado é incontornável e necessário o aumento de salários e a garantia de melhores condições de trabalho.

É, pois, neste contexto de ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, de recessão económica, de alienação das finanças do Estado a interesses estrangeiros e de perda de soberania que nos pronunciamos:

- pela não resignação e pela necessidade de uma mudança de políticas:
- pelo reforço da intervenção dos trabalhadores portugueses, do seu esclarecimento e mobilização para a participação na Greve Geral marcada pela CGTP-IN para o próximo dia 22 de Março.

TOMADA DE POSIÇÃO

Defender emprego, salários e condições de trabalho para garantir serviço público de qualidade

Os professores, educadores e investigadores reunidos na Escola Básica do 1º ciclo de Fornos de Algodres, em posição aprovada no dia 01/03/2012 consideram que:

- a Concertação Social não é a sede própria para negociar as relações laborais na Administração Pública e os subscritores não representam os trabalhadores deste sector;
- o acordo estabelecido entre governo, patronato e a UGT não tem o apoio da generalidade dos trabalhadores portugueses, considerando que tal representou uma despudorada colagem aos interesses de grandes empresários e do capital financeiro interno e externo;
- aquele acordo não tem em conta os preceitos constitucionais, designadamente o que determina expressamente que "A Administração Pública visa a prossecução do interesse público" e não o lucro, objectivo básico do sector privado.

Por isso, as ideias gerais do documento que o governo apresentou à Frente Comum sobre Contrato de Trabalho em Funções Públicas, Carreiras e Mobilidade ao pretender impor:

- *A adaptabilidade individual e grupal e o banco de horas, individual e grupal, em termos idênticos aos da Proposta de Lei entregue na Assembleia da República para o privado;*
- *O fim do descanso compensatório decorrente da prestação de trabalho suplementar;*
- *A diminuição dos feriados;*
- *A redução de 50% da retribuição do serviço extraordinário;*
- *A mobilidade geográfica sem acordo do trabalhador, com possibilidade de despedimento*

merece a rejeição dos docentes e investigadores portugueses.

Este é, pois, mais um episódio de uma estratégia que visa prosseguir a exploração dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população e conduzir o país ao desastre económico e à perda da soberania nacional e de democracia.

Por isso,

a) É fundamental que o acordo da Concertação Social, apelidado de "Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego", bem como a Proposta de Lei que o consagra e está para discussão na Assembleia da República e a tentativa da sua extensão à Administração Pública sejam combatidos e derrotados!

b) Não aceitamos que o governo passe a ter, unilateralmente e sem limitações legais, o poder para despedir, alterar os horários de trabalho, generalizar a precariedade, reduzir os salários e outras formas de retribuição, destruir a contratação colectiva e as carreiras,

eliminar feriados e dias de férias, diminuir a protecção social dos desempregados e fragilizar a segurança social.

Consideramos, ainda que:

1. Há alternativas que permitiriam anular os efeitos negativos desta políticas obtendo resultados muito mais sustentáveis, quer no plano financeiro do Estado, quer no plano económico das famílias, como sejam: eliminar os benefícios fiscais concedidos às grandes empresas; pôr cobro à economia paralela, que representa 1/5 do PIB; combater a fuga e evasão fiscais.

2. Para que haja desenvolvimento económico sustentado é incontornável e necessário o aumento de salários e a garantia de melhores condições de trabalho.

É, pois, neste contexto de ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, de recessão económica, de alienação das finanças do Estado a interesses estrangeiros e de perda de soberania que nos pronunciamos:

— **pela não resignação e pela necessidade de uma mudança de políticas:**

— **pelo reforço da intervenção dos trabalhadores portugueses, do seu esclarecimento e mobilização para a participação na Greve Geral marcada pela CGTP-IN para o próximo dia 22 de Março.**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

**Lista de Moções entregues pela Frente Comum de Sindicatos da
Administração Pública sobre a PPL n.º 46/XII (1ª.) (GOV)**

1	Professores, educadores e investigadores da Escola Básica do 1.º Ciclo de Fornos de Algodres
2	Professores, educadores e investigadores da Covilhã
3	Professores, educadores e investigadores do Jardim de Infância do Sabugal
4	Professores, educadores e investigadores da EBI de S. Domingos
5	Professores, educadores do Agrupamento de Trancoso.
6	Professores, educadores e investigadores da Guarda
7	Professores, educadores do Agrupamento de Manteigas
8	Professores, educadores e investigadores da EB1 de Coutada
9	Professores, educadores e investigadores de Castelo Branco
10	Professores da Escola do 3º Ciclo Frei Heitor Pinto da Covilhã
11	Professores, educadores e investigadores da Escola Básica n.º 2 da Pampilhosa
12	Professores, educadores de Coimbra do Agrupamento de Escolas da Martim de Freitas
13	Professores da EB1 da Solum de Coimbra
14	Professores, educadores e investigadores do Agrupamento de Escolas Inês de castro em Coimbra
15	Professores, educadores e investigador Centro Educativo de Condeixa – Jardim de Infância
16	Professores, educadores e investigadores da EB1 de Serrado Buarcos
17	Professores, educadores e investigadores da Escola Secundária Jaime de Cortesão Coimbra
18	Professores, educadores e investigadores da Escola Secundária da Batalha
19	Professores da Escola EB2,3 de Pataias
20	Professores, educadores e investigadores de Porto de Mós
21	Professores, educadores e investigadores Reunião Sindical na EBI das Colmeias
22	Professores, educadores da Escola Básica da Batalha
23	Professores, educadores e investigadores da Escola Penedeno
24	Professores, educadores da Escola EB S. Silvestre-Covilhã



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

25	Professores, educadores e investigadores da Escola de Ciências Sociais e Humanas de EB 2e 3 de Tortosendo
26	Professores, educadores e investigadores da Escola de EB 2e 3 de Tortosendo
27	Professores, educadores e da Escola de S. Miguel Guarda
28	Professores, educadores da Área Urbana da Guarda
29	Professores, educadores da Escola EB S. Silvestre Covilhã
30	Professores, educador S. Miguel Guarda
31	Professores, educadores do PIEF da Guarda
32	Professores da Escola EB 2, 3 João Franco do Fundão
33	Professores da Escola Secundária n.º 3 João do Fundão
34	Professores, educadores e investigadores da Escola Básica e Secundária de Lamego
35	Professores, educadores e investigadores da Escola Secundária do 3º Ciclo Nun'Álvares de Castelo Branco
36	Professores da Escola Secundária Amato Lusitano de Castelo Branco
37	Professores, da Escola Secundária do 3º Ciclo Quinta das Palmeiras da Covilhã
38	Professores, educadores e investigadores da Escola EB 2.3 do Paul da Covilhã
39	Professores, da Escola EB 2.3 de Silvares do Fundão
40	Professores, educadores da Escola EB1/JI do Ladoeiro da Idanha-a-Nova
41	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Sec. Dr. José Afonso
42	Trabalhadores da Administração Pública do Instituto Superior Técnico de Lisboa
43	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Sec. Dr. José Afonso
44	Trabalhadores da Administração Pública do IST Tagus Park
45	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Superior Gestão Idanha-a-Nova
46	Trabalhadores da Administração Pública da Escola do Fundão
47	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Prof. Agrícola Quinta da Lageosa
48	Trabalhadores da Administração Pública do Agrupamento de Escolas João Roiz
49	Trabalhadores da Administração Pública da Escola EB 2 e 3 da Bemposta Portimão
50	Trabalhadores da Administração Pública da Escola EB Martinho-Castelo Branco Portimão
51	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Teixeira Gomes Portimão



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

52	Trabalhadores da Administração Pública da EB 2e 3 Joaquim Magalhães Faro
53	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Pinheiro e Rosa Faro
54	Trabalhadores da Administração Pública da EB Vila Nova de Cacela
55	Trabalhadores da Administração Pública da EB 2 e 3 de Martinlongo Alcoutim
56	Trabalhadores da Administração Pública da EB 2 e 3 D. Manuel I Tavira
57	Trabalhadores da Administração Pública da EB 2 e 3 D. Pato Peres Tavira
58	Trabalhadores da Administração Pública do Agrupamento de escolas de Campo Maior
59	Trabalhadores da Administração Pública da EB 2 e 3 João Pedro de Andrade Ponte de Sôr
60	Trabalhadores da Administração Pública da EB 2 e 3 D. António da Costa
61	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Monte da Caparica
62	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária de Manuel Cargaleiro
63	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Básica Monte da Caparica
64	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Don Afonso
65	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária D. Dinis
66	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Fernando Pessoa
67	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Marquesa de Alorna
68	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Quinta de Mancos
69	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Damião Gois
70	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária da Portela
71	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária de Queirós
72	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária de Marvila
73	Trabalhadores da Administração Pública da Escola António Verney
74	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Almada Negreiros
75	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Dr. Ginestral Machado
76	Trabalhadores da Administração Pública da Escola do Tramagal
77	Trabalhadores da Administração Pública da Escola EB 2, 3 D. João II Santarém
78	Trabalhadores da Administração Pública da Escola de S. João de Loure
79	Trabalhadores da Administração Pública da Escola de Aradas (Aveiras)
80	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Homem Cristo (Aveiro)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

81	Trabalhadores da Administração Pública da Escola da Batalha
82	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Domingos Sequeira - Leiria
83	Trabalhadores da Administração Pública da Escolas D. Dinis
84	Trabalhadores da Administração Pública da Escolas Azeredo Perdigão Viseu
85	Trabalhadores da Administração Pública da Escola Secundária Emídio Navarro
86	Professores, educadores e investigadores da Escola de EB 1 de Coutada
87	Professores, educadores e investigadores do Jardim de Infância da Coutada
88	Professores, educadores e investigadores do jardim de Infância de Sabugal
89	Professores, educadores e investigadores da Escola Secundária Amato Lusitano de Castelo Branco
90	Professores, educadores e investigadores da Escola Secundária 3º do Fundão
91	Professores, educadores e investigadores da Escola de EB 2,3 João Franco Fundão
92	Professores, educadores e investigadores da Escola de EB S. Silvestre Covilhã
93	Professores, educadores e investigadores da Escola de EB 2, 3 de Tortosendo
94	Professores, educadores e investigadores da Escola Secundária Samora
95	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 7- António Saúde Período noturno)
96	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 7- António Saúde Período diurno)
97	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 6- Areeiro Período noturno)
98	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 6- Areeiro Período diurno)
99	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 5- S. Sebastião Período noturno)
100	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 5- Correia Teles Período diurno)
101	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 4- Av. Cidade Luanda Período noturno)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

102	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 4- Av. Cidade Luanda Período diurno)
103	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 3 General Roçadas Período noturno)
104	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 3 General Roçadas Período diurno)
105	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 2 Eduardo Coelho Período diurno)
106	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 2 Eduardo Coelho Período noturno)
107	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 1 Boa Hora Período noturno)
108	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 1 Boa Hora Período diurno)
109	Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (Posto da Limpeza Zona 8 Murtas Período diurno)
110	Trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Verde
111	Trabalhadores da Câmara Municipal de Vieira do Minho
112	Trabalhadores da Câmara Municipal de Terras do Bouro
113	Trabalhadores da Câmara Municipal de Guimarães
114	Trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
115	Trabalhadores da Câmara Municipal de Fafe
116	Trabalhadores da Câmara Municipal de Esposende
117	Trabalhadores da Câmara Municipal de Celorico de Basto
118	Trabalhadores da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto
119	Trabalhadores da Câmara Municipal de Braga
120	Trabalhadores da Câmara Municipal de Barcelos
121	Trabalhadores da Câmara Municipal de Portalegre
122	Trabalhadores da Câmara Municipal de Ponte de Sor



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

123	Trabalhadores da Câmara Municipal de Marvão
124	Trabalhadores da Câmara Municipal de Castelo de Vide
125	Trabalhadores da Câmara Municipal de Campo Maior
126	Trabalhadores da Câmara Municipal de Elvas
127	Trabalhadores da Câmara Municipal de Crato
128	Trabalhadores da Câmara Municipal de Nisa
129	Trabalhadores da Câmara Municipal de Fronteira
130	Trabalhadores da Câmara Municipal de Alter do Chão
131	Trabalhadores da Câmara Municipal de Arronches
132	Trabalhadores da Câmara Municipal de Avis
133	Trabalhadores da Câmara Municipal de Monforte
134	Trabalhadores da Câmara Municipal de Gavião
135	Trabalhadores da Câmara Municipal de Entroncamento
136	Trabalhadores da Câmara Municipal de Santarém
137	Trabalhadores da Câmara Municipal de Mação
138	Trabalhadores da Câmara Municipal do Cartaxo
139	Trabalhadores da Câmara Municipal de Benavente
140	Trabalhadores da Câmara Municipal de Alcanena
141	Trabalhadores da Câmara Municipal de Torres Novas
142	Trabalhadores da Câmara Municipal de Salva Terras de Magos
143	Trabalhadores da Câmara Municipal de Alpiarça
144	Trabalhadores da Câmara Municipal de Chamusca
145	Trabalhadores da Câmara Municipal de Abrantes
146	Trabalhadores da Câmara Municipal de Coruche
147	Trabalhadores da Câmara Municipal de Almeirim
148	Trabalhadores da Câmara Municipal de Golegã
149	Trabalhadores do Centro de Saúde de São Miguel
150	Trabalhadores do Centro de Saúde de Mação
151	Trabalhadores do Centro de Saúde de São Tiago



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

152	Trabalhadores do Hospital de Faro
153	Trabalhadores do Centro de Saúde de Tavira
154	Trabalhadores do Centro de Saúde de Nisa
155	Trabalhadores do Centro de Saúde de Crato
156	Trabalhadores do Hospital de Curry Cabral
157	Trabalhadores do Centro de Saúde de Marvila
158	Trabalhadores do Hospital dos Capuchos
159	Trabalhadores do Hospital de Santarém
160	Trabalhadores do Centro de Saúde de Vandas Novas
161	Trabalhadores do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo
162	Trabalhadores do Centro de Reguengo de Monsaraz
163	Trabalhadores do Centro de Saúde de Crato
164	Trabalhadores do Hospital Espírito Santo em Évora
165	Trabalhadores do Hospital de Abrantes
166	Trabalhadores do Hospital da Unidade Torres Vedras
167	Trabalhadores do Hospital da Unidade Tomar
168	Trabalhadores do Hospital da Unidade Abrantes
169	Trabalhadores do Hospital da Unidade Torres Novas
170	Trabalhadores da Delegação Sub-Regional do Vale do Tejo Santarém
171	Trabalhadores do Centro de Saúde de Alpiarça
172	Trabalhadores do Centro de Saúde de Almeirim
173	Trabalhadores do Centro de Saúde da Chamusca
174	Trabalhadores do Centro de Oliveira de Azeméis
175	Trabalhadores do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra
176	Trabalhadores do CHUC - Hospitalar Pediátrico de Coimbra
177	Trabalhadores do Instituto Português Oncologia de Coimbra
178	Trabalhadores do Centro de Saúde de Seia
179	Trabalhadores do Centro de Saúde de Vilar Formoso
180	Trabalhadores do Hospital Santo André - Leiria



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

181	Trabalhadores do Centro Hospitalar de Tondela / Viseu Hospital Teotónio
182	Trabalhadores do Centro de Saúde de I e II de Viseu
183	Trabalhadores do Centro Hospitalar Tondela / Viseu
184	Trabalhadores do Centro de Saúde III Viseu
185	Trabalhadores do Centro Hospitalar Montijo
186	Trabalhadores do Centro Hospitalar L. Bernardo Setúbal
187	Trabalhadores do Centro Hospitalar Tondela / Viseu
188	Trabalhadores do Centro Hospitalar Montijo EPE
189	Agrupamento escolas Damião Gois Alenquer
190	Escola Paula Vicente
191	Escola Passos Manuel
192	Escola D. António Costa Almada
193	Dirigentes Delegados e Ativistas Sindicais da Administração Pública
194	Dirigentes Delegados Sindicais e Ativistas do STEFFAs
195	Estabelecimento Prisional de Alcoentre
196	Museu Francisco Tavares Proença Júnior
197	Segurança Social de Ponte de Sôr
198	Centro Distrital ISS Castelo Branco
199	Trabalhadores da Arsenal do Alfeite SA
200	Serviço Local Segurança Social Vilar Formoso
201	Trabalhadores dos Transportes Urbanos de Braga
202	Trabalhadores da AGERE
203	Trabalhadores da Vimágua
204	Centro Bem-estar Baixa da Banheira
205	Centro Regional S. Social Setúbal
206	Centro Infantil o "Barquinho"
207	Serviço Local Seg. Social Barreiro
208	Direção Distrital de Castelo Branco
209	Direção Distrital Faro



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

210	Direção Distrital de Portalegre do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores
211	Plenário de Sindicatos da União de Sindicato de Coimbra